

“ELA É (COMO SE FOSSE) DA FAMÍLIA”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE DECLARAÇÕES SOBRE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

Laura Velasques Gomes¹

Daiana Marques Sobrosa²

Introdução

O número de casos de trabalho análogo à escravidão vem crescendo continuamente no Brasil, especialmente nos últimos anos, conforme demonstram dados oficiais divulgados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em 2023. Só em 2022, foram resgatados 2481 trabalhadores (homens e mulheres) nessas condições, o maior índice dos últimos três anos até o momento. O número de resgates de mulheres nessas condições é de 1,8 mil, conforme dados levantados pelo programa educacional “Escravo, nem pensar!”.

Assim, tendo em vista esses dados, buscamos, neste estudo, propor um gesto de análise de declarações, que circulam em notícias de páginas de jornais na internet, de supostos empregadores, ou seja, sujeitos que se beneficiam de trabalho análogo à escravidão, a fim de explicitar os efeitos de sentidos que estas afirmações produzem no presente. Tomamos como ponto de partida três casos referentes a mulheres em situação de trabalho análogo à escravidão, sendo as vítimas, em dois destes, mulheres negras, entendendo que há uma estreita relação desses casos com uma questão de gênero, raça e classe.

Construindo o dispositivo teórico-analítico

Na perspectiva teórica a qual nos filiamos, as declarações dos “empregadores”³ são tomadas como discurso, isto é, efeitos de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 2014, p. 81), em uma dada conjuntura sócio histórica e ideológica, o que compreendemos enquanto condições de produção desses discursos, em consonância com Orlandi (2009). Sendo assim, propomos uma análise discursiva a partir do dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso de linha francesa (doravante AD), desenvolvida por Michel Pêcheux, na França, e Eni Puccinelli Orlandi, no Brasil.

Porém, conforme Baldini (2017, p. 14), cada vez mais “são os próprios pressupostos teóricos, epistemológicos e analíticos da AD que são interrogados pela colocação em questão de conceitos como o

¹ Licenciada em Letras Português e Literaturas (2016) pela Universidade Federal da Santa Maria, Mestra em Letras e Doutoranda em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos, pela mesma instituição. E-mail: lauravibc@gmail.com;

² Licenciada em Letras Português (2012) e Letras Espanhol (2013), pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestra em Letras e Doutoranda em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, pela mesma instituição. E-mail: daiana.marques@ifarroupilha.edu.br;

³ Empregador(es) é uma das formas pelas quais os sujeitos exploradores são nomeados em algumas notícias. Mas, entendendo que empregador(a) é o sujeito que emprega/contrata tendo em vista as leis trabalhistas, ou seja, pagando salário e demais direitos, obedecendo a caga horária do trabalhador, etc., optamos por utilizar o recurso das aspas (”) para marcar nossa posição;

de gênero, raça/etnia, entre outros". O que demonstra a importância de incluir em nossos questionamentos, como bem nos sugere o autor, a questão do assujeitamento ideológico em sua relação com outras faces do assujeitamento, trazendo a questão de gênero, sexualidade, classe, raça-etnia, por exemplo, construindo "andaimes", como coloca o autor, com as questões de nosso tempo.

Dito isto, tendo em vista nossa filiação teórica, tomamos gênero neste trabalho a partir do conceito de Mónica Zoppi- Fontana (2017), para a qual gênero, além de uma construção social, também é uma construção discursiva, uma vez que as identificações de gênero configuram práticas discursivas ao mesmo tempo que se configuram nelas. Importa pontuar também que as relações de trabalho perpetuam o imaginário do sujeito negro, entre outras posições, em posição de servidão, resquícios do período escravocrata do Brasil, sendo a mulher negra uma das maiores vítimas do serviço exploratório doméstico, conforme dados da Agência Brasil.

Assim, entendemos, em consonância com Modesto, que "Esse processo de situar o negro em lugares específicos é tão eficaz que faz com o que o próprio negro se veja configurado nessas posições enquanto sujeito." No caso que apresentamos aqui, é o lugar da servidão, subordinação, com pouco ou nenhum acesso a direitos básicos, como saúde, educação, direitos trabalhistas, etc.

Um gesto de análise

De acordo com a ONG Repórter Brasil, Organização que realiza uma função de monitoramento dos casos de trabalho análogo à escravidão, há uma possível subnotificação dos números de ocorrências com mulheres, em razão de muitos casos estarem relacionados ao trabalho doméstico e de cuidado que, muitas vezes, não são considerados trabalho por não possuírem um valor monetário. Este é, inclusive, um dos argumentos utilizados pelas pessoas que estão em uma posição de "empregadores", como é possível observar nas sequências discursivas que analisaremos a seguir:

Figura 1 – Trechos retirados de portais de notícias sobre o resgate de mulheres em situação de trabalho análogo à escravidão⁴

O procurador do Ministério Público do Trabalho Alexandre Maria Raganin diz que o empregador alega que acreditava que estava "fazendo um favor a uma pessoa em situação de vulnerabilidade, que não tinha como residir, e estava dando abrigo para ela".

⁴ Links de acesso às notícias (na ordem de apresentação):
<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/08/03/mulher-desaparecida-ha-21-anos-e-resgatada-em-situacao-semelhante-a-escravidao-no-rs-diz-mte.ghtml>;
<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/06/5101118-desembargador-reconhecera-vitima-de-trabalho-escravo-como-filha.html>
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulher-de-86-anos-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-em-condicoes-analogas-a-escravidao/>

Em nota divulgada à imprensa, o desembargador negou as acusações e disse que a mulher foi mantida na casa como um "ato de amor". De acordo com ele, a mulher vivia na casa como membro na família "tendo recebido sempre tratamento igual ao dado aos nossos filhos".

De acordo com Lyra, pessoas da casa afirmaram que a idosa era "como se fosse da família", não sendo considerada por eles como uma empregada. "Disseram que os serviços domésticos não eram trabalho, mas uma colaboração voluntária no âmbito familiar. Dizem que não tinham por que pagar salário se ela era da família, usaram a expressão 'mãe preta', ela comia, dormia no local, não tinha por que receber salário", afirmou o auditor.

Fonte: Portal de notícias G1, Correio Braziliense e Cnn Brasil, 2022/2023.

SD1 – "fazendo um favor a uma pessoa em situação de vulnerabilidade, que não tinha como residir, e estava dando abrigo para ela."

Na SD1, observamos que o sujeito explorador tenta situa-se em uma posição de benfeitor, buscando descrever a relação com a vítima não como um vínculo de trabalho, mas como uma ação de benfeitoria, uma "caridade". O efeito de sentido observado é de uma troca de favores, em que a vítima apenas retribuía com serviços domésticos a boa ação do sujeito. Rememorando o antigo ditado que diz "uma mão lava a outra", como uma forma de solidariedade. Observamos, entretanto, que essa suposta solidariedade é unilateral, isto é, apenas um lado, o do explorador, se beneficia.

SD2 – "de acordo com ele, a mulher vivia na casa como membro na família 'tendo recebido sempre tratamento igual ao dado aos nossos filhos'".

SD3 – "pessoas da casa afirmaram que a idosa era 'como se fosse da família', não sendo considerada por eles como uma empregada. Disseram que 'os serviços domésticos não eram trabalho, mas uma colaboração voluntária no âmbito familiar'".

Nessas SDs, é possível observar que os "empregadores" justificam a situação de exploração evocando uma suposta proximidade afetiva com a vítima, ao mesmo tempo em que demarcam o estabelecimento de uma suposta relação voluntária e colaborativa com a mesma, o que os distanciaria da posição de agentes de uma relação de opressão e exploração. Nas SD2 e SD3, destacamos os excertos: "como membro na família" e "como se fosse da família". Explicitamos, primeiramente, que o uso das preposições *na* e *da* produzem sentidos diferentes; no primeiro excerto, a preposição indica uma relação transitória, demonstrando certo distanciamento; enquanto a segunda denota uma relação de pertencimento, de origem.

Na SD2, o "tratamento igual ao dado aos nossos filhos", enseja alguns questionamentos: que tratamento era esse? Será que os filhos dos "empregadores" também trabalhavam na casa em situação

degradante e carga horária exaustiva? Será que tinham a sua liberdade cerceada? Será que também lhes foi negado o acesso a direitos fundamentais como saúde e educação?⁵ Outra questão a ser considerada é uso da conjunção condicional “se”, e do verbo no subjuntivo “fosse”, na SD3, o que nos aponta um sentido outro, diferente de “ser da família”, seja no âmbito linguístico, seja no âmbito social, explicitando uma relação de subordinação/hierarquização. Temos, então, dois valores antagônicos: 1) ser da família (o que sugere uma posição privilegiada) e 2) como se fosse da família (que estabelece uma posição de subalternidade).

Ainda, na SD3 destacamos: “uma colaboração voluntária”, nesta afirmação, produz-se um efeito de sentido que retira a culpa dos “empregadores” e a transfere para a vítima, como se ela estivesse naquela situação por escolha própria, uma vez que seria uma colaboração voluntária, ou seja, algo espontâneo, não forçado e que só depende da vontade de quem o faz. Utilizadas de maneira recorrente por estes sujeitos em posição de “empregadores”, essas afirmações acabam constituindo discursos que funcionam por meio de processos parafrásticos, isto é, processos de retorno ao mesmo espaço do dizer, retomando sentidos já existentes e já estabilizados (já-ditos) (Orlandi, 2009).

Sentidos que escapam e explicitam uma rede de memórias de um passado colonial, escravocrata e patriarcal presente na história da constituição do Brasil e que, ainda nos dias de hoje, ecoa nas relações sociais e de trabalho. A memória discursiva é entendida aqui, a partir de Zoppi-Fontana e Ferrari (2017), como memória histórica de uma sociedade, memória coletiva que cristaliza sentidos construídos historicamente e que se materializa na linguagem. Segundo as autoras, sujeito e sentido são produzidos simultaneamente, enquanto efeitos, pela relação com a memória discursiva e as condições de produção do discurso.

Nesse caso, portanto, temos sujeitos que ocupam uma posição-sujeito em uma formação discursiva específica, são sujeitos que agem e enunciam de lugares de privilégio e poder, em um caso, um dos “empregadores” é desembargador, em outro caso, eram fazendeiros, o que nos explicita que a língua é espaço de disputa, de materialização das relações de poder que são constituídas, social, cultural e historicamente, não escapando à luta de classes, pois como afirma Pêcheux (2014, p.82, grifos do autor) “*todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*”.

Para efeito de fechamento

Neste trabalho, mobilizando o aparato teórico da Análise de Discurso francesa, buscamos apresentar uma breve análise acerca de declarações de “empregadores” acusados de manter mulheres em situação de trabalho análogo à escravidão. Os efeitos de sentido dessas declarações explicitam como acontecem as relações de trabalho/subordinação/hierarquização, atravessadas por questões de gênero,

⁵ Segundo a matéria, testemunhas relatam que a vítima era submetida a trabalho forçado, jornadas exaustivas e condições degradantes. Não tinha acesso à saúde e educação formal.

raça e classe. Ora de acordo com o discurso da caridade, ora de acordo com o discurso da proximidade afetiva, numa forma de apagar a exploração imposta às vítimas. Observamos, entretanto, que as referidas declarações evocam a memória de um passado patriarcal, de opressão e escravidão que se perpetua ainda hoje em nosso país.

Por fim, é essencial demarcar que as reflexões trazidas até o momento não pretendem impor uma verdade única e absoluta, sem incertezas e incompletudes, mas construir um exercício de interpretação, na tentativa de sinalizar caminhos que atravessem a opacidade do discurso, permitindo a formulação de questões que podem ser revisitadas e aprofundadas e/ou revistas posteriormente.

REFERÊNCIAS

BALDINI, Lauro José. Como desconstruir o que não se constrói? Quando o gênero faz questão. In: SOARES, Alexandre Sebastião; GARCIA, Dantielli Assumpção (org.). **Inquietações de gêneros e sexualidades**: leituras na contemporaneidade. Porto Alegre: Unioeste: Evangraf, 2017.

Desembargador suspeito de trabalho escravo vai reconhecer vítima como filha. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/06/5101118-desembargador-reconhecera-vitima-de-trabalho-escravo-como-filha.html>. Acesso em: julho de 2023.

FRIZZON, J.; COUTO, C.; ARAÚJO, T. Mulher de 86 anos é resgatada após 72 anos de trabalho em condições análogas à escravidão. **CNN Notícias**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulher-de-86-anos-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-em-condicoes-analogas-a-escravidao/>. Acesso em: julho de 2023.

ORLANDI, Eni P. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ROSA, V. Mulher desaparecida há 21 anos é resgatada em situação semelhante à escravidão no RS, diz MTE. **Portal de notícia G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/08/03/mulher-desaparecida-ha-21-anos-e-resgatada-em-situacao-semelhante-a-escravidao-no-rs-diz-mte.ghtml>. Acesso em: agosto de 2023.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad.: Eni P. Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 5a edição. 2014.

ZOPPI-FONTANA, Mônica; FERRARI, Ana Josefina. Apresentação: Uma análise discursiva das identificações de gênero. In: ZOPPI-FONTANA, Monica, G.; FERRARI, Ana, J. (org.). **Mulheres em Discurso**: gênero, linguagem e ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ZOPPI-FONTANA, Monica. Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 13 de agosto de 2023.